

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) é uma empresa pública federal vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República por meio da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, nos termos da Lei nº 13.334 de 13/09/2016, criada pela Lei Federal nº 12.404, de 04/05/2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 19/12/2012, com sede em Brasília/DF, constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, sendo a União detentora de 100% das ações.

A EPL tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no País, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. E tem por objeto social:

I - planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias; e

II - prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroaviário.

Compete ainda a EPL:

I - elaborar estudos de viabilidade técnica, jurídica, ambiental e econômico-financeira necessários ao desenvolvimento de projetos de logística e transportes;

II - realizar e promover pesquisas tecnológicas e de inovação, isoladamente ou em conjunto com instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento e sociedades nacionais, de modo a subsidiar a adoção de medidas organizacionais e técnico-econômicas do setor, tendo por referência o desenvolvimento científico e tecnológico mundial, realizando as gestões pertinentes à proteção dos direitos de propriedade industrial eventualmente decorrentes;

III - planejar, exercer e promover as atividades de absorção e transferência de tecnologia no setor de transportes, celebrando e gerindo acordos, contratos e demais

instrumentos congêneres necessários ao desempenho dessa atividade;

IV - participar das atividades relacionadas ao setor de transportes, nas fases de projeto, fabricação, implantação e operação, visando a garantir a absorção e a transferência de tecnologia;

V - promover a capacitação e o desenvolvimento de atividades de pesquisa e desenvolvimento nas instituições científicas e tecnológicas, organizações de direito privado sem fins lucrativos, voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, e sociedades nacionais, inclusive de tecnologia industrial básica, relacionadas ao setor de transportes;

VI - subsidiar a formulação, o planejamento e a implementação de ações no âmbito das políticas de logística e transporte, de modo a propiciar que as modalidades de transporte se integrem umas às outras e, quando viável, a empreendimentos de infraestrutura e serviços públicos não relacionados manifestamente a transportes;

VII - planejar e promover a disseminação e a incorporação das tecnologias utilizadas e desenvolvidas no âmbito do setor de transportes em outros segmentos da economia;

VIII - obter licença ambiental necessária aos empreendimentos na área de infraestrutura de transportes;

IX - desenvolver estudos de impacto social e socioambiental para os empreendimentos de transportes;

X - acompanhar a elaboração de projetos e estudos de viabilidade a serem realizados por agentes interessados e devidamente autorizados;

XI - promover estudos voltados a programas de apoio, modernização e capacitação da indústria nacional, objetivando maximizar a participação desta no fornecimento de bens e equipamentos necessários à expansão do setor de transportes;

XII - elaborar estudos de curto, médio e longo prazo, necessários ao desenvolvimento de planos de expansão da infraestrutura dos setores de logística e transportes;

XIII - propor planos de metas voltados à utilização racional e conservação da infra e superestrutura de transportes, podendo estabelecer parcerias de cooperação



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017
1º TRIMESTRE**

para esse fim;

XIV - coordenar, executar, fiscalizar e administrar obras de infra e superestrutura de transporte ferroviário de alta velocidade;

XV - administrar e explorar o patrimônio relacionado ao transporte ferroviário de alta velocidade, quando couber;

XVI - promover a certificação de conformidade de material rodante, infraestrutura e demais sistemas a serem utilizados no transporte ferroviário de alta velocidade com as especificações técnicas de segurança e interoperabilidade do setor;

XVII - promover a desapropriação ou instituição de servidão dos bens necessários à construção e exploração de infraestrutura para o transporte ferroviário de alta velocidade, declarados de utilidade pública por ato do Presidente da República;

XVIII - administrar os programas de operação da infraestrutura ferroviária de alta velocidade nas ferrovias outorgadas à EPL;

XIX - prestar serviços aos órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em assuntos de sua especialidade;

XX - elaborar estudos especiais a respeito da demanda global e intermodal de transportes, por regiões, no sentido de subsidiar a incorporação desses elementos na formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais, especialmente daquelas que tenham por finalidade estimular o desenvolvimento do sistema logístico nas Regiões Norte e Nordeste e em outras áreas territoriais abrangidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional;

XXI - elaborar projetos básico e executivo de obras de infraestrutura de transportes; e

XXII - exercer outras atividades pertinentes ao seu objeto, conforme previsão do Estatuto Social.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO E BASE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

a) As demonstrações contábeis fundamentam-se de acordo com os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros (“IFRSs”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP assim



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017
1º TRIMESTRE**

como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC);

b) As Demonstrações Financeiras originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Empresa;

c) A EPL integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na forma total em relação ao orçamento, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17/03/1964 e aspectos societários da Lei nº 6.404/76 em relação à apresentação das Demonstrações Contábeis, com as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09;

d) As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério de liquidez e natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados;

e) Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como, os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes;

f) As provisões para contingências são constituídas nas demonstrações contábeis com base na opinião da Procuradoria Jurídica Geral, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas possíveis pela Procuradoria Jurídica estão divulgadas na nota explicativa nº 3.28 com base na perda histórica, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

NOTA 3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

3.1 - ATIVO CIRCULANTE

3.1.1 – BANCO CONTA MOVIMENTO/TESOURO - R\$ 4.058.494,99 correspondem a saldo da conta única em 31/03/2017, redução de 17,09% comparando com o saldo em 31/03/2016 no valor de R\$ 4.895.230,55, conforme quadro demonstrativo a baixo:

FONTE	31/03/2017	31/03/2016
0100 – Outros Pag. Pessoal – Órgãos Integr.	207.707,24	130.215,22
0100 – Pessoal Requisitado	213.227,05	84.853,06
0100 – Pagamento de Pessoal	46.623,19	106.382,67
0100 - Custeio/Invest. C/ Exig. De Empenho	70.051,57	105.890,69
0250 – Custeio / Investimento-Rec. Próprio	2.821.382,28	2.813.695,28
0100 - Pagamento de Cartão de Crédito	543,46	543,46
0100 – Custeio/Invest. PAC	693.639,19	1.649.157,20
0100 – Custeio e Investimento	4.109,08	4.109,08
0100 - Custeio Pagto Pessoal/Auxílios	1.211,93	383,89
Total	4.058.494,99	4.895.230,55

3.1.2 – APLICAÇÃO FINANCEIRA - R\$ 7.348.195,03 Aplicação financeira na Caixa Econômica Federal, agência governo, nos termos da Resolução nº4034/2011-BACEN, registrado pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos acumulados até 31/03/2017, tendo obtido uma variação positiva de 10,98%, com relação ao correspondente trimestre de 2016.

3.1.3 – OUTROS CRÉDITOS - R\$ 8.831.208,24 variação negativa de 12,86%, sendo este sub-grupo composto pelas seguintes rubricas, e suas respectivas variações:

	R\$
- Estoque	128.257,00
- Adiantamento a Empregados	260.985,20
- Impostos a Recuperar	630.924,36
- Créditos a Receber	962.680,64
- Descentralização de Créditos	6.472.324,61
- Depósito Recursal	376.036,43
TOTAL	8.831.208,24

3.1.3.1 – ESTOQUE - R\$ 128.257,00 correspondem aos bens de consumo existentes no Almoxarifado em 31/03/2017, variação de 22,46% em comparação ao trimestre de 2016, devido a implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços do Governo Federal – SIADS.

3.1.3.2 – ADIANTAMENTO A EMPREGADOS - R\$ 260.985,20 correspondem a adiantamentos feitos a diversos colaboradores da EPL, referentes a férias e 13º salário, variação de 20,51% comparado com 2016.

3.1.3.3 – IMPOSTOS A RECUPERAR - R\$ 630.924,36, variação de 41,33%, correspondem basicamente a imposto de renda descontado na fonte sobre rendimento de aplicação financeira R\$ 434.152,16 que poderá ser compensado para pagamento de IRPJ sobre lucros.

3.1.3.4 – CRÉDITOS A RECEBER - R\$ 962.680,64, variação de 1.275,10% correspondem à reclassificação contábil das multas aplicadas ao prestador de serviços, ainda não quitadas pelo mesmo.

3.1.3.5 - ADIANTAMENTO PARA ACORDOS E TERMOS - R\$ 6.472.324,61 em 31/03/2017, contra R\$ 9.264.167,65 em 31/03/2016, variação negativa de 30,14%, considerando que houve comprovação por meio da prestação de contas, conforme demonstrado no quadro abaixo:

OBJETO	31/03/2017	31/03/2016	VARIAÇÃO %
TED – IPEA	236.869,97	0,00	100,00
ACT – PNUD	5.312.322,90	8.196.932,71	(35,19)
TC – DERSA	923.131,74	923.131,74	0,00
TED – FUB	0,00	144.103,20	(100,00)
TOTAL	6.472.324,61	9.264.167,65	(30,14)

3.1.3.6 – DEPÓSITO RECURSAL/JUDICIAL – R\$ 376.036,43, variação de 1052,25% tendo em vista que houve depósitos Judiciais por conta de terceiros no valor R\$ 291.644,72 e depósitos Recursais no valor R\$ 84.391,71, como demonstrado no quadro abaixo:

DEPÓSITOS	31.03.2017-R\$	31.03.2016- R\$	VARIAÇÃO %
Recursal	84.391,71	32.635,01	158,59
Depósito Judicial	291.644,72	0,0	100,00
TOTAL	376.036,43	32.635,01	1052,25

3.2 – ATIVO NÃO CIRCULANTE: Corresponde às aplicações de recursos recebidos como AFAC em projetos da EPL e demais recursos para investimento, para aplicação em imobilizado da atividade administrativa. As variações ocorreram em função da depreciação e amortização dos mesmos, conforme quadro abaixo:

R\$					
TÍTULO	31/12/2016	AQUISIÇÕES E BAIXAS	DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL	VALOR RESIDUAL
BENS MÓVEIS	16.781.326,89	67.560,00	9.897.579,18	%	6.951.307,71
Mobiliário em Geral	2.288.511,23		890.718,39	10%	1.397.792,84
Máquinas e Equipamentos	68.454,79		12.055,98	10%	56.398,81
Aparelhos	14.216,22		3.382,19	10%	10.834,03
Computadores e Periféricos	7.055.999,82	67.560,00	5.286.029,78	20%	1.837.530,04
Biblioteca	17.420,15		3.969,54	10%	13.450,61
Equipamentos de Telecomunicação	250.950,00		168.087,50	20%	82.862,50
Software	4.505.936,45		2.568.052,23	20%	1.937.884,22
Equipamentos Energia Elétrica	2.494.646,00		937.153,39	10%	1.557.492,61
Utensílio de Copa e Cozinha	2.249,00		756,70	10%	1.492,30
Aparelho de Medição e Orientação	3.200,00		959,94	10%	2.240,06
Equipamento para Áudio Vídeo Foto	5.465,00		1100,86	10%	4.364,14
Outros Bens de Uso Duradouro	74.278,23		25.312,68	10%	48.965,55
BENS IMÓVEIS	2.644.161,33		2.152.083,15	%	492.078,18
Instalações em Bens de Terceiros	2.644.161,33		2.152.083,15	20%	492.078,18
TOTAL DO IMOBILIZADO	19.425.488,22	67.560,00	12.049.662,33		7.443.385,89
INTANGÍVEL	73.669.074,55	1.434.191,21	32.248.263,65	%	42.855.002,11
Cessão de Uso de Programa de Informática	5.679.128,90	2.040,00	4.037.068,14	20%	1.644.100,76
CT-21/2013 - Axiomas do Brasil	15.771.855,96		9.924.274,27	20%	5.847.581,69
CT - 21 - 2012 - Centro Von Braun	1.976.102,75		1.489.883,41	20%	486.219,34
CT-33/2013 - Instituto	5.080.000,00		2.590.799,98	20%	2.489.200,02



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017
1º TRIMESTRE**

Olhar					
CT - 12/2014 Mark Sistema	1.489.000,00		599.322,57	20%	889.677,43
CT 012/2013 BR-116 - STE	4.910.542,20	225.772,06	1.575.700,88	20%	3.560.613,38
CT - 09/2014 - BR/153 PROFILL	3.090.174,89		1.193.563,06	20%	1.896.611,83
CT - 04-2014 BR-153/262 – MRS	3.736.548,86		1.485.507,88	20%	2.251.040,98
CT- 32-2013 BR-101/324/367-Prosul	2.579.936,97		886.428,08	20%	1.693.508,89
CT - 06 - 2014 BR-163 - JGP	4.959.876,61		2.005.758,93	20%	2.954.117,68
CT - 15/2014 BR/262 - Prosul	2.029.746,92		621.586,59	20%	1.408.160,33
013/2013 BR/040 - STE	5.942.511,74		2.466.805,54	20%	3.475.706,20
Projeto Pnud BRA 13-013	7.976.847,13		1.974.733,80	20%	6.002.113,33
CT - 02-2015 BR/101 - STE/SISCON	1.687.995,68		398.978,82	20%	1.289.016,86
CT - 02/2016 - SPAZIO	505.203,33	74.656,19	66.709,80	20%	513.149,72
CT-17/2015 BR/367 - MRS	1.785.822,72	229.817,96	265.659,39	20%	1.749.981,29
Projeto da Modelagem - TAV - FUB	688.103,20		71.752,26	20%	616.350,94
CT - 16/2015 BR/156/476/282/480 – MRS	2.225.546,36	151.905,00	339.871,10	20%	2.037.580,26
Origem e Destino Acordo de Cooperação IPEA	70.620,00		11.770,00	20%	58.850,00
CT 03-2016 BR/364/365 - STE	1.050.000,00	750.000,00	118.125,00	20%	1.681.875,00
CT 01-2016 EF/151 - MPB/ENECON	164.799,98		16.480,01	20%	148.319,97
CT - 27 - 2013 Imagem Geosistemas	268.710,35		107.484,14	20%	161.226,21

Houve variação negativa de 3,30% neste grupo, considerando que apesar das aquisições de R\$ 1.501.751,21, no período de janeiro a março de 2017, esse valor foi superado pela depreciação/amortização do mesmo período no valor de R\$ 4.569.488,92. Na aplicação da depreciação e amortização, foi utilizado os princípios do Regulamento do Imposto de Renda, decreto 3.000/99.

3.2.1 – IMOBILIZADO LÍQUIDO - R\$ 7.443.385,89 Correspondem ao valor do imobilizado, deduzido da depreciação e amortização, conforme quadro supra.

3.2.1.1 – BENS MÓVEIS - R\$ 6.951.307,71.

3.2.1.2 – BENS IMÓVEIS - R\$ 492.078,18.

3.2.2 – BENS INTANGÍVEIS – R\$ 42.855.002,11, corresponde ao saldo de 31/12/2016, acrescidos das aquisições de janeiro a março de 2017, reduzidos da depreciação e amortização do mesmo período. Esses Estudos e Projetos classificados como intangíveis, estão em consonância com a política de transportes do Governo Federal.

PASSIVO

4.1 – PASSIVO CIRCULANTE - R\$ 4.486.189,04 Correspondem aos registros contábeis das dívidas da EPL, até 31/03/2017. Foram distribuídos conforme a seguir.

4.1.1 – CONTAS A PAGAR - R\$ 2.588.987,23 – Composto por:

	R\$
- Fornecedores	1.717.596,89
- Consignações a Recolher	414.450,12
- Encargos Sociais a Recolher	456.201,22
- Caução de Terceiros	739,00

4.1.1.1 – FORNECEDORES - R\$ 1.717.596,89 variação de 81,49%, que correspondem basicamente reclassificação contábil do valor correspondente ao Termo de Rescisão Unilateral do Contrato Administrativo nº 21/2013, no valor de R\$ 1.187.243,97, apropriação da fatura da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, R\$ 374.607,91.

4.1.1.2 – CONSIGNAÇÕES A RECOLHER - R\$ 414.450,12 que correspondem a descontos efetuados sobre a folha de pagamento do mês de março de 2017, a saber:

	R\$
- INSS	71.617,76
- Imposto de Renda	322.152,64
- Imposto Sindical	20.679,72

4.1.1.3. – ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER - R\$ 456.201,22 correspondem ao valor de R\$ 113.985,12 referente ao FGTS e R\$ 342.216,10 referente INSS patronal a recolher.

4.1.1.4 – OUTROS DÉBITOS –R\$ 1.897.201,81, corresponde apropriação de provisões para férias, 13º salário e os encargos correspondentes no total de R\$ 1.855.090,41, bem como credores diversos no total de R\$ 42.111,40.

4.1.1.5 – CREDITORES DIVERSOS - R\$ 42.111,40 se referem a pequenos valores pendentes de pagamentos, compostos por:

R\$	
- Cartão pagamento Governo Federal/Banco do Brasil	30.518,88
- Direitos Trabalhistas	5.435,99
- Imposto de Renda a Recolher	6.156,53

4.1.1.6 – PROVISÕES - R\$ 1.855.090,41 correspondem a provisões trabalhistas efetuadas de acordo com o regime de competência, tendo uma variação negativa de 7,00%, conforme demonstrado abaixo:

R\$			
TÍTULO	31/03/2017	31/03/2016	VARIAÇÃO %
Provisão Férias+ 1/3	1.119.524,51	1.411.976,87	(20,71)
Provisão INSS s/Férias	602.518,62	456.027,06	32,12
Provisão FGTS s/Férias	133.047,28	126.734,50	(4,98)
TOTAL	1.855.090,41	1.994.738,43	(7,00)

4.2 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE – 20.073.885,56 – Este grupo é composto pelas contas Crédito para Aumento de Capital no valor de R\$ 18.394.889,31 e Provisões para Causas Trabalhistas e Cíveis no total de R\$ 1.678.996,25.

4.2.1 – CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL - R\$ 18.394.889,31 correspondem ao saldo dos adiantamentos para aumento de capital-AFACs, decorrentes de repasses recebidos ou operações intrasafi no período de novembro de 2015 a dezembro de 2016, para aplicação em investimentos, totalizando R\$ 14.682.650,39, mais a atualização monetária aplicada pela taxa SELIC nos termos do Decreto 6.673/98, que totalizam R\$ 1.712.238,91, e repasses recebidos em 2017 no valor de R\$ 2.000.000,00.

4.2.2 - PROVISÕES PARA CAUSAS TRABALHISTAS/CÍVEIS – R\$ 1.678.996,25 correspondem a provisões constituídas como prevenção para prováveis questões trabalhistas e cíveis, com base em informações prestadas pela Procuradoria Jurídica Geral desta EPL:

R\$			
PROCESSO	ORIGEM	2017	2016
072590-04.2014.4.01.3400	Cível	1.217.763,90	1.217.763,90
001381-03.2014.5.10.0017	Trabalhista	50.000,00	50.000,00
001429-95.2014.5.10.0005	Trabalhista	40.000,00	40.000,00
001645-68.2014.5.10.0001	Trabalhista	0,00	61.616,10



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017
1º TRIMESTRE**

001689-60.2014.5.10.0010	Trabalhista	30.000,00	30.000,00
001719-71.2014.5.10.0018	Trabalhista	30.000,00	30.000,00
000853-38.2015.5.10.0015	Trabalhista	35.870,71	35.870,71
001045-65.2015.5.10.0016	Trabalhista	37.233,73	37.233,73
000834-26.2015.5.10.0017	Trabalhista	0,00	36.988,84
001017-05.2015.5.10.0008	Trabalhista	35.870,71	35.870,71
005006-56.2015.5.10.0002	Trabalhista	80.000,00	0,00
005013-88.2015.5.10.0021	Trabalhista	40.000,00	0,00
000107-42.2016.5.10.0014	Trabalhista	80.000,00	0,00
001612-08.2015.5.10.0013	Trabalhista	2.257,20	0,00
TOTAL		1.678.996,25	1.575.343,99

4.3 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ 45.976.950,66 Representado nestas Demonstrações Financeiras pelas rubricas Capital Social Integralizado no valor de R\$ 93.332.075,30 reduzido pelos Prejuízos Acumulados no valor de R\$ 47.355.124,64.

4.3.1 – CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO - R\$ 93.332.075,30 Em 20 de dezembro de 2016, o Capital Social foi alterado de R\$ 50.000.000,00 para R\$ 83.562.951,26 com a integralização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs, no valor de R\$ 33.562.951,26, e em 23/02/2017, pela AGE, foi novamente alterado, com a capitalização da atualização monetária pela variação da taxa SELIC, no valor de R\$ 9.769.124,04.

4.3.2 – PREJUÍZOS ACUMULADOS - R\$ 47.355.124,64 correspondem aos prejuízos acumulados desde o exercício de 2013 a março de 2017. Na qualidade de empresa pública dependente e face apropriação de despesas consideradas somente econômicas, como depreciação e amortização, provisões de férias, 13º salário e os encargos sociais correspondentes.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

5.1 – RECEITAS OPERACIONAIS - R\$ 8.215.406,76 correspondem as receitas de repasses de subvenções governamentais para manutenção do custeio. Comparando com o 1º trimestre de 2016, houve decréscimo de 7,03%.

5.2 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS - R\$ 14.483.956,41 todas as despesas correntes são consideradas despesas operacionais/administrativas. Estas despesas variaram 2,51% comparadas às mesmas despesas de 2016, detalhadas a seguir:

5.2.1 – PESSOAL E ENCARGOS - R\$ 7.345.178,30 correspondem a



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017
1º TRIMESTRE**

pagamento de colaboradores, pessoal requisitado com ônus, diretores e conselheiros. Variação 1,68% comparando com o trimestre de 2016.

5.2.2 – MATERIAL DE CONSUMO - R\$ 8.587,91 correspondem basicamente a material de expediente, tendo uma diminuição de 0,86%, comparadas com o trimestre de 2016.

5.2.3 – SERVIÇOS DE TERCEIROS - R\$ 1.859.469,47 nesta rubrica, estão alocadas as despesas diretas com manutenção da EPL, ocorreu uma diminuição de 28,90%, comparado a 2016, um dos principais motivos para a redução foi a negociação do contrato de aluguel do imóvel e o fim do contrato de suporte técnico de informática.

5.2.4 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - R\$ 626.917,56 correspondem as outras despesas com a manutenção da EPL, houve um acréscimo de 46,16% em relação ao mesmo período de 2016, destacando principalmente Cessão de uso de Software de R\$ 43.579,37; Auxílio Alimentação de R\$ 256.377,94; Passagem Nacional de R\$ 78.684,45; Energia Elétrica de R\$ 120.407,60 e Assistência Médica de R\$ 80.708,62.

5.2.5 – DESPESAS TRIBUTÁRIAS - R\$ 74.314,25 correspondem a pequenas despesas tributárias, destaca uma variação de 35,82% superior ao ano de 2016, destacando a Contribuição Sindical Patronal no valor de R\$ 60.129,03, devido a alteração do Capital Social da EPL, que é a base de cálculo desta contribuição.

5.2.6 – DESPESAS COM DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO - R\$ 4.569.488,92 correspondem às despesas apropriadas referentes a depreciação dos bens móveis próprios, amortização de bens imóveis de terceiros e amortização de intangíveis, com relevância. Houve variação de 20,30% considerando que essa depreciação/amortização foi aplicada tanto sobre os bens existentes em 31/12/2016, como os adquiridos no 1º Trimestre de 2017.

5.3 – RECEITA E DESPESA FINANCEIRA - R\$ (309.494,33)

5.3.1 – RECEITA FINANCEIRA - R\$ 243.511,11 correspondem aos ganhos em 2017 sobre aplicação financeira efetuada na Caixa Econômica Federal. Houve variação negativa de 4,00%, referente ao período de 2016.

5.3.2 – DESPESAS FINANCEIRAS – R\$ (553.005,44), correspondem as despesas contabilizadas relativas a atualização monetária pela taxa SELIC, dos repasses efetuados pela União como AFAC-Adiantamento para Futuro Aumento de



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017
1º TRIMESTRE**

Capital, em cumprimento ao Decreto 2.673/98. Gerou uma redução de 59,93%, em relação a 2016, devido a Integralização do Capital Social realizada em 20/12/2016.

5.4 – DESPESA NÃO OPERACIONAL – R\$ 152.830,03, refere-se à comprovação das despesas do Termo de Descentralização com o IPEA.

5.5 – PREJUÍZOS - R\$ 6.730.874,01 ocasionados principalmente pelas apropriações de despesas não financeiras a saber:

	R\$
Amortização de Intangíveis	3.626.397,30
Amortização de instalações em bens de terceiros	132.208,08
Amortização de Software	94.686,15
Depreciação de Bens Móveis	716.197,39
Atualização Monetária dos Créditos de Acionista	553.005,44
Provisões para Férias e Encargos	678.098,12
Total	5.800.592,48

QUADRO COMPARATIVO ENTRE AS LEIS 6.404/76 E 4.320/64

Em atendimento ao Acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, publicado no Diário Oficial da União de 06/11/2006, apresentamos o quadro dos saldos levantados pelo sistema contábil Societário e sistema SIAFI, em 31/03/2017, com as respectivas informações:

	BALANÇO PATRIMONIAL – 31/03/2017			
	SOCIETÁRIO	SIAFI	DIFERENÇA	NOTA
	ATIVO			
Disponível	11.407.429,02	11.407.429,02		
Estoques	128.257,00	128.257,00		
Adiantamentos	260.985,20	260.985,20		
Outros Valores a Receber	962.680,64	962.680,64		
Impostos a recuperar	630.924,36	630.924,36		
Impostos e Contribuições	0,00	0,00		
Descentralização de Crédito e Convênios	6.472.324,61	6.472.324,61		
Depósito Recursal / Judicial	376.036,43	376.036,43		
Imobilizado	7.443.385,89	49.484.317,21	-42.040.931,32	
Intangível	42.855.002,11	814.070,79	42.040.931,32	
Total Ativo	70.537.025,26	70.537.025,26		



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017
1º TRIMESTRE**

	PASSIVO		
Contas a pagar	1.119.524,51	1.119.524,51	
Consignações a recolher	414.450,12	414.450,12	
Encargos Sociais a recolher	1.191.767,12	1.191.767,12	
Fornecedores	1.748.115,77	2.170.410,71	-422.294,94 (a)
Outros Credores	11.592,52	11.592,52	
Passivo Cauções	739,00	739,00	
Provisões	1.678.996,25	1.678.996,25	
Crédito para Aumento de Capital	18.394.889,31	18.394.889,31	
Capital Social	93.332.075,30	93.332.075,30	
Prejuízo Acumulado	-47.355.124,64	-47.777.419,58	422.294,94
Total Passivo	70.537.025,26	70.537.025,26	

(a) Valor referente a regularização na contabilidade Societária, após fechamento do SIAFI, na conta de Fornecedores a Pagar.

José Carlos Medaglia Filho
Diretor Presidente
CPF: 388.908.520-20

Adailton Cardoso Dias
Diretor
CPF: 159.812.585-00

Maurício Pereira Malta
Diretor
CPF: 507.460.655-15

Francisco Antonio Martins
Contador
CRC - MA-001855/O-8-T-DF